



CONSELHO FEDERAL DE NUTRIÇÃO - CFN
SRTVS - Quadra 701 Bloco II, Centro Empresarial Assis Chateaubriand, Salas 301-314/316, Brasília/DF, CEP 70.340-906
Telefone: 61 32256027 - www.cfn.org.br - E-mail: cfn@cfn.org.br

Brasília, 26 de maio de 2026.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

EDITAL E ANEXOS

Processo Administrativo SEI nº 099996.000020/2026-20

CONTRATANTE: 389216 - CONSELHO FEDERAL DE NUTRIÇÃO- CFN

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de auditoria independente em conformidade com o **subitem 1.1 do edital**.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 345.819,36 (trezentos e quarenta e cinco mil oitocentos e dezenove reais e trinta e seis centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 01/07/2026 às 9h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global

MODO DE DISPUTA: Aberto/Fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

SUMÁRIO

- 1) DO OBJETO
- 2) DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
- 3) DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 4) DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
- 5) DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
- 6) DA FASE DE JULGAMENTO
- 7) DA FASE DE HABILITAÇÃO
- 8) DOS RECURSOS
- 9) TERMO DE CONTRATO
- 10) DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
- 11) DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.
- 12) DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Torna-se público que o CONSELHO FEDERAL DE NUTRIÇÃO - CFN, por meio da Gerência Administrativa e Financeira (GAF) do CFN, sediada no SRTVS QD. 701, Bloco II, Salas 301 a 314/316, Brasília - DF, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de auditoria independente, com comprovada expertise e tradição no âmbito do direito público, para realizar auditoria no âmbito dos Conselhos Federal e Regionais de Nutrição, abrangendo as áreas contábil, orçamentária, financeira, recursos humanos, licitações e contratos, e patrimonial, referentes aos exercícios de 2025 e 2026, conforme as Normas Técnicas de Auditoria Independente (NBC-TA), e resultará na emissão de Parecer Técnico, Relatório de Auditoria das demonstrações contábeis e controle internos e Certificado de Auditoria, em conformidade com a Instrução Normativa

CONSELHO	FORMA DE VERIFICAÇÃO	PERÍODO	ÁREAS
CFN	Presencial e on-line	2025 e 2026	Contábil, orçamentária, financeira, recursos humanos, licitações e contratos, patrimonial, e controles internos e prestação de contas.
CRN-1	Presencial e on-line	2025 e 2026	
CRN-2	Presencial e on-line	2025 e 2026	
CRN-3	Presencial e on-line	2025 e 2026	
CRN-4	Presencial e on-line	2025 e 2026	
CRN-5	Presencial e on-line	2025 e 2026	
CRN-6	Presencial e on-line	2025 e 2026	
CRN-7	Presencial e on-line	2025 e 2026	
CRN-8	Presencial e on-line	2025 e 2026	
CRN-9	Presencial e on-line	2025 e 2026	
CRN-10	Presencial e on-line	2025 e 2026	
CRN-11	Presencial e on-line	2025 e 2026	

1.2. Todas as unidades (CFN e CRN-1 a CRN-11) serão auditadas de forma híbrida (presencial e on-line), conforme necessidade definida no planejamento dos trabalhos. Não há segregação de modalidade por unidade.

1.3. **A licitação será realizada em único item.**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO
01	<p>Prestação de serviços auditoria independente, com comprovada expertise em auditoria e ainda com tradição validada no âmbito do direito público, para realizar auditoria no âmbito dos Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas, nas áreas: contábil, orçamentária, financeira, recursos humanos, licitações e contratos, e patrimonial, referente aos exercícios de 2025 e 2026.</p> <ul style="list-style-type: none"> CFN, CRN-1, CRN-2, CRN-3, CRN-4, CRN-5, CRN-6, CRN-7, CRN-8, CRN-9, CRN-10 E CRN-11, deverá ser de forma Presencial e on-line. 	728	UNIDADE	01	R\$ 840.000,00

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar desta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação

em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Pessoa Jurídica reunida em consórcio;

2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos subitens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.11. A vedação de que trata o subitem 2.5.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui, em cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a

assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os subitens 3.4 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do subitem 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor global dos serviços, sendo que após a negociação deverá ser apresentada a Proposta de Preço (anexo II do Edital), devidamente preenchida com os valores individuais do Conselho Federal de Nutrição e dos Conselhos Regionais;

4.1.2. Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do Temo de Referência.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, inclusive despesas com passagens e diárias para execução do objeto, que são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, conforme item 3.5 do Termo de Referência.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

4.8.1. assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. **DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos participantes;

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contraio, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. **O lance deverá ser ofertado pelo valor Global do serviços.**

5.6. **O modo de disputa adotado será Aberto e Fechado**

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,10% (zero virgula dez) por cento**.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances

segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no subitem 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015

5.21.1. Nessas condições, as propostas que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.21.2. A licitante melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.21.3. Caso a a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

- 5.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.22.2.2. empresas brasileiras;
- 5.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.1.1. SICAF;
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes>);
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União,- CGU (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 6.3.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.3.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 6.3.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício.
- 6.5. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta Classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 6.7. Serão desclassificadas as propostas que:
- 6.7.1. contiverem vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.7.7. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
- 6.7.7.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.7.7.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. A FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada.
- 7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 7.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 7.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).
- 7.8.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 7.9. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, no mínimo, 02 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.
- 7.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.11. Para fins de habilitação técnica, além dos documentos abrangidos pelo SICAF, o licitante deverá apresentar os seguintes documentos específicos, em razão da natureza do objeto:

7.11.1. Inscrição ativa da empresa no Cadastro Nacional de Auditores Independentes - CNAI, mantido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC);

7.11.2. Certificado de Regularidade da empresa licitante perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC);

7.11.3. Inscrição ativa no CNAI dos responsáveis técnicos com poderes para emitir e assinar pareceres de auditoria em nome da sociedade, bem como Registro ativo desses responsáveis no CRC;

7.11.4. Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para o desempenho de atividade de auditoria independente compatível com o objeto desta licitação, observado o seguinte:

a) Execução de auditoria independente em entidade pública ou conselho profissional, sujeita à Lei nº 4.320/1964;

b) Auditoria realizada em no mínimo 3 (três) entidades, de forma concomitante;

c) Escopo abrangendo, no mínimo: contabilidade; licitações e contratos administrativos; recursos humanos; e controle patrimonial;

d) Somente serão considerados atestados de trabalhos realizados exclusivamente pela licitante, não por empresas interligadas, coligadas, controladas, associadas ou parceiras.

7.11.5. Declaração de que na data prevista para assinatura do contrato a empresa disporá de equipe técnica mínima composta por: 01 (um) responsável técnico contador registrado no CRC com experiência mínima de 5 (cinco) anos em auditoria independente; e 02 (dois) profissionais com formação superior em Ciências Contábeis, Administração, Direito ou Economia, sendo ao menos um deles com formação em Ciências Contábeis.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.9.1.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: CFN: <http://transparencia.cfn.org.br/index.php/licitacoes/>

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de (05) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. O Termo de Contrato, ou instrumento equivalente, será disponibilizado no sistema de processo eletrônico (SEI) para assinatura no prazo de até **cinco (5) dias úteis**, contados do recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra (se for o caso);

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.5. fraudar a licitação;

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto.

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.3.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da comunicação oficial.

10.3.7. Para as infrações previstas nos subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% do valor do contrato licitado.

10.3.8. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 9.1.7 e 10.1.8, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.

10.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar, contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.14. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

10.15. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento e avisos será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: gaf.compras@cfm.org.br

11.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de

Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico do CFN: <http://transparencia.cfn.org.br/index.php/licitacoes/>

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

12.11.2. ANEXO II - Modelo de Proposta

12.11.3. ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato.

MANUELA DOLINSKY

Presidente

ANEXO II

PROPOSTA COMERCIAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2026

Dados a constar na proposta:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Endereço Eletrônico:

Nome do Representante Legal:

CPF do Representante Legal:

Descrição da Proposta

Prestação de serviços de auditoria independente, com comprovada expertise em auditoria e tradição no âmbito do direito público, para realizar auditoria no âmbito dos Conselhos Federal e Regionais de Nutrição, nas áreas: contábil, orçamentária, financeira, recursos humanos, licitações e contratos, patrimonial, controles internos e prestação de contas, referente aos exercícios de 2025 e 2026, conforme as Normas Técnicas de Auditoria Independente (NBC-TA), com emissão de Parecer Técnico, Relatório de Auditoria das demonstrações contábeis e controles internos e Certificado de Auditoria:

CONSELHO	FORMA DE VERIFICAÇÃO	PERÍODO	VALOR (R\$)
CFN	Presencial e on-line	2025 e 2026	
CRN-1	Presencial e on-line	2025 e 2026	
CRN-2	Presencial e on-line	2025 e 2026	
CRN-3	Presencial e on-line	2025 e 2026	
CRN-4	Presencial e on-line	2025 e 2026	
CRN-5	Presencial e on-line	2025 e 2026	
CRN-6	Presencial e on-line	2025 e 2026	
CRN-7	Presencial e on-line	2025 e 2026	
CRN-8	Presencial e on-line	2025 e 2026	
CRN-9	Presencial e on-line	2025 e 2026	
CRN-10	Presencial e on-line	2025 e 2026	
CRN-11	Presencial e on-line	2025 e 2026	
Total Geral			

Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros, despesas com passagens e diárias e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto a ser contratado na presente licitação e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos.

Declaro que esta proposta foi elaborada de forma independente.

Validade da proposta: mínimo **de 60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

Data e Local

Assinatura do Representante Legal.



Documento assinado eletronicamente por **Manuela Dolinsky, Presidente**, em 16/06/2026, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfn.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2428880** e o código CRC **61056596**.

Referência: Processo nº 099996.000020/2026-20

SEI nº 2428880



Brasília, 18 de março de 2026.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de auditoria independente, com comprovada expertise e tradição no âmbito do direito público, para realizar auditoria no âmbito dos Conselhos Federal e Regionais de Nutrição, abrangendo as áreas contábil, orçamentária, financeira, recursos humanos, licitações e contratos, e patrimonial, referentes aos exercícios de 2025 e 2026. A auditoria deverá seguir as Normas Técnicas de Auditoria Independente (NBC-TA) e resultará na emissão de Parecer Técnico, Relatório de Auditoria das demonstrações contábeis e controle internos e Certificado de Auditoria, em conformidade com a Instrução Normativa TCU nº 84/2020.

1.2. As despesas com passagens e diárias para execução do objeto serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

1.3. O serviço deverá ser concluído no prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da assinatura do contrato, com a entrega dos relatórios conclusivos ao término dos trabalhos.

1.4 A licitação deverá contemplar o critério de preço, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021.

1.5. A licitação obedecerá à descrição e especificação dos serviços descritos na o item 3 deste Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem, conforme tabela abaixo:

CONSELHO	FORMA DE VERIFICAÇÃO	PERÍODO	ÁREAS
CFN	Presencial e on-line	2025 e 2026	Contábil, orçamentária, financeira, recursos humanos, licitações e contratos, patrimonial, e controles internos e prestação de contas.
CRN-1	Presencial e on-line	2025 e 2026	
CRN-2	Presencial e on-line	2025 e 2026	
CRN-3	Presencial e on-line	2025 e 2026	
CRN-4	Presencial e on-line	2025 e 2026	
CRN-5	Presencial e on-line	2025 e 2026	
CRN-6	Presencial e on-line	2025 e 2026	
CRN-7	Presencial e on-line	2025 e 2026	
CRN-8	Presencial e on-line	2025 e 2026	
CRN-9	Presencial e on-line	2025 e 2026	
CRN-10	Presencial e on-line	2025 e 2026	
CRN-11	Presencial e on-line	2025 e 2026	

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Conselho Federal entende como necessário e salutar a realização de auditorias operacionais, visando coibir e mitigar os riscos que envolvem o cumprimento das metas traçadas pela administração. Essa ação guarda consonância com a Lei que cria os Conselhos Federais e Regionais de Nutrição, que prevê no item IV do Art.9º a competência do Conselho Federal de "Organizar, instalar, orientar e inspecionar os Conselhos Regionais e examinar suas prestações de contas.

2.2. O Tribunal de Contas da União indica por meio do Acórdão Nº 1.925/2019 - TCU- Plenário que os Conselhos avaliem a estruturação da unidade de auditoria interna em seus sistemas, conforme determina o artigo 24 da Lei 10.180/2001 e o seu artigo 14, parágrafo único do Decreto 3.591/2000.

2.3. Sem dúvida alguma, a contratação de uma auditoria independente externa especializada é um importante investimento para a administração do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais, considerando a necessidade de avaliação do cumprimento das normas internas e externas existentes e, ainda, a inexistência de estrutura de auditorias implantados nos Conselhos Regionais de Nutrição.

2.4. Essa Auditoria visa, em última análise, as melhorias em todos os processos internos de onde derivem dados e/ou informações para a gestão dos Conselhos, considerando os aspectos Contábeis e Financeiros, além de aperfeiçoamento desses processos, visando o controle de resultados e a exatidão das informações, contribuindo com soluções para a redução de riscos e otimização de resultados no Sistema CFN/CRN.

2.5. Essa Auditoria deve compreender as áreas contábil, orçamentária, financeira, recursos humanos, licitações e contratos, patrimonial, controles internos e prestação de contas.

2.6. Para alcance desses objetivos, a empresa de auditoria deve realizar exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação de integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informação com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos legais e institucionais.

2.7. Face ao exposto, considerando as recomendações do Tribunal de Contas da União e a Resolução CFN nº 804/2024, que aprova o Orçamento de 2025, com a previsão de contratação do serviços de auditoria, torna-se necessária a contratação de prestação de serviços de auditoria independente, por meio de empresa idônea e imparcial, para auditorias ordinárias e pareceres sobre as contas da gestão do Sistema CFN/CRN, referente aos exercícios de 2021 a 2024, em cumprimento às boas práticas de Governança, com escopo contábil, orçamentária, financeira, recursos humanos, licitações e contratos, e patrimonial, conforme exigências contidas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

2.8. O Estudo Técnico Preliminar (2351404) elaborado pela Gerência de Gestão Institucional do CFN será parte integrante dos documentos do Processo de licitação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Auditoria nas áreas: contábil, orçamentária, financeira, recursos humanos, licitações e contratos, patrimonial, controles internos e prestação de contas, visando certificar se as normas internas e regulamentações legais específicas estão sendo cumpridas, e ainda:

- a) Avaliar a conformidade e a eficiência dos processos nas áreas contábil, orçamentária, financeira, recursos humanos, licitações e contratos, e patrimonial, **inclusive no que tange à prestação de contas para órgãos de controle e para a população, não se limitando apenas a estes.**
- b) Identificar possíveis irregularidades, fraudes ou ineficiências.
- c) Propor melhorias nos controles internos e na gestão dos recursos.

3.2. A execução dos serviços deverá ocorrer por demanda, mediante solicitação requerida pelo CFN para cada regional, por meio de ordem de serviço. Os serviços serão realizados no CFN e nos regionais conforme relação de endereços abaixo:

3.3. Obs.: A indicação de cada regional pelo CFN ocorrerá conforme sua designação:

Sistema CFN/CRN - Sedes	Endereços	Orçamento 2026
CFN - Conselho Federal de Nutrição	SRTVS Qd. 701 - Bloco II - Sala 301 - Centro Empresarial Assis Chateaubriand-Brasília -DF (61) 3225-6027	R\$ 55.773.000,00
CRN1- Conselho Regional de Nutrição da 1ª Região	SCN-Qd.1 - Bloco E - Ed. Central Park-Sala 1611 - Asa Norte Brasília- DF (61) 3328-3078/ (61) 391-7300	R\$ 8.936.500,00
CRN2- Conselho Regional de Nutrição da 2ª Região	Avenida Taquara 586-Sala 503-Bairro Petrópolis-Porto Alegre (51)3330-9324	R\$ 7.364.939,53
CRN3- Conselho Regional de Nutrição da 3ª Região	Avenida Brigadeiro Faria Lima - 1461- 3º Andar- Torre Sul- Cond. Mário Garnero São Paulo (11)34746190	R\$ 39.121.800,00
CRN4- Conselho Regional de Nutrição da 4ª Região	Avenida Rio Branco - 173- 5º Andar - Centro - Rio de Janeiro (21) 2517-8178	R\$ 20.992.500,00
CRN5- Conselho Regional de Nutrição da 5ª Região	Rua Dr. José Peroba- Nº 149 - Sala 1001- Ed. Cetr Empresarial Eldorado- Stiep - Salvador (BA) (71)3033-0724/(71) 3032-6391	R\$ 9.000.000,00

CRN6- Conselho Regional de Nutrição da 6ª Região	Rua Senador José Henrique, 231, Empresarial Charles Darwin, Sala Nº 2105, 21º Andar, Ilha do Leite, Recife/PE - CEP: 50070-460 (81)4042-2494	R\$ 13.651.395,00
CRN7- Conselho Regional de Nutrição da 7ª Região	Edifício Real One - 21º Andar- Avenida Governador José Malcher- 937- Nazaré- Belém (91) 3038-7006/(91) 3038-7016	R\$ 7.795.817,82
CRN8- Conselho Regional de Nutrição da 8ª Região	Rua Marechal Deodoro - 630- Sala 203- Ed. Centro Comercial Itália - Centro - Curitiba (41)3224-0008	R\$ 8.460.700,00
CRN9- Conselho Regional de Nutrição da 9ª Região	Rua Maranhão 310 - Santa Efigênia - Belo Horizonte - MG (31)3226-8403	R\$ 12.294.032,62
CRN10- Conselho Regional de Nutrição da 10ª Região	Rua Felipe Schmidt - 321 - Centro - Florianópolis - SC (48)3222-1967	R\$ 5.753.227,44
CRN11- Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região	Av. Santos Dumont, 5335, salas 501-507, 517-520, Ed. Planalto Center, Papicu, Fortaleza/CE - CEP: 60175-047 - (85) 4042-9542	R\$ 12.360.460,00

3.4. Abrangência da Auditoria:

3.4.1. Contábil / Orçamentária / Financeira:

3.4.1.1. Auditoria de documentos contábeis, com a respectiva documentação de receitas e despesas, controles internos da área, no tocante a controle de baixa de restos a pagar, conciliações bancárias, depósitos de terceiros, análises e aferições da confiabilidade das informações geradoras dos registros contábeis das receitas, despesas, processo de empenhamento das despesas etc.

3.4.1.2. Auditar a legalidade contábil dos documentos apresentados nos suprimentos de fundos, bem como os critérios de prestação de contas (prazos, normas, etc.).

3.4.1.3. Verificação da correta aplicação dos princípios e normas contábeis vigentes.

3.4.1.4. Análise das demonstrações contábeis e financeiras.

3.4.1.5. Avaliação dos registros contábeis e sua conformidade com os normativos aplicáveis.

3.4.1.6. Revisão dos procedimentos de escrituração contábil e das práticas adotadas.

3.4.1.7. Circularização de saldo e/ou operações com terceiros (advogados, registrados, fornecedores, banco etc); Revisão analítica das demonstrações contábeis.

3.4.1.8. Revisão analítica mensal dos valores contábeis relativos às contas patrimoniais, de superávit e déficit. Teste de adições e baixas do ativo permanente.

3.4.1.9. Verificação da liquidação subsequente (pagamentos e recebimentos).

3.4.1.10. Análise da adequação dos procedimentos contábeis em conformidade com a Lei n.º 4.320/64 e instruções emanadas pelo Tribunal de Contas da União para a prestação de contas pela administração pública.

3.4.1.11. Verificação da documentação suporte.

3.4.1.12. Verificar se os procedimentos contábeis de encerramento do exercício apresentam fidelidade e consonância com os registros das demonstrações contábeis mensais.

3.4.1.13. Exame de conciliação das contas; Exame do balanço patrimonial e de suas demonstrações complementares, a fim de observar às normas legais e às principais técnicas na sua elaboração; Verificação dos controles existentes.

3.4.1.14. Análise dos saldos visando determinar sua razoabilidade quanto à origem e composição.

3.4.1.15. Outros procedimentos complementares que são necessários para análise e verificações das informações Contábeis/Orçamentárias.

3.4.1.16. Avaliação do processo de planejamento orçamentário.

3.4.1.17. Verificação da conformidade dos gastos com o orçamento aprovado.

3.4.1.18. Análise dos relatórios de execução orçamentária.

3.4.1.19. Identificação de desvios e sua justificativa.

3.4.1.20. Verificação da conformidade das operações financeiras.

3.4.1.21. Análise dos controles internos sobre recebimentos e pagamentos.

3.4.1.22. Avaliação da gestão de caixa e de investimentos.

3.4.1.23. Análise da movimentação das contas bancárias, controle de receitas via sistema bancário, entradas e saídas de numerários, aplicações financeiras, eficácia do controle bancário, controle de contas a pagar, tributação, e prestação de contas dos suprimentos de fundos. Inclui também o acompanhamento de cálculos, remessas de cota-parte para o Conselho Federal, controle de inadimplência, inscrição na dívida ativa, execução fiscal, renegociações de débitos e demandas judiciais.

3.4.1.24. Processo de Diárias e Auxílios: Exame dos processos de pagamento das verbas a conselheiros, colaboradores e servidores, incluindo auxílios de representação, jetons, diárias e verbas indenizatórias. Análise dos relatórios de viagem e controle de comparecimento, com ênfase na eficácia dos controles internos.

3.4.2. Área de Recursos Humanos

3.4.2.1. Auditar os processos de admissões e demissões, controle de recolhimento de obrigações sociais, tais como INSS, ISS, IRRF, consignações em folha de pagamento e outros, bem como o controle interno, com abrangência no controle de pagamentos de horas extras, faltas, atestados médicos e abonos de faltas, e demais normas trabalhistas; observância do limite legal com despesas de pessoal (LRF).

3.4.2.2. Avaliação da gestão de benefícios e folha de pagamento.

3.4.2.3. Análise da conformidade com a legislação trabalhista e previdenciária.

3.4.2.4. Revisão dos registros de pessoal e sua integridade.

3.4.3. Área de Licitações e Contratos

3.4.3.1. Análise de processos licitatórios, contemplando todas as modalidades previstas em lei; procedimento e controles relacionados aos contratos, aditivos e rescisões, convênios e instrumentos similares.

3.4.3.2. Verificação da regularidade e conformidade e legalidade dos processos de contratação e licitação, cumprimento de contratos e análise de riscos.

3.4.3.3 Análise da regularidade, conformidade e legalidade de casos de inexigibilidade e dispensa de licitação, conforme previsto em lei.

3.4.4. Área de Patrimônio

3.4.4.1. Avaliação dos procedimentos de controle relacionados aos bens móveis e imóveis, inventário dos bens patrimoniais; análise dos bens do ativo imobilizado e exame da respectiva documentação, com ênfase aos processos de incorporação e de baixa dos bens no sistema patrimonial; documentação: notas fiscais, garantias dos equipamentos, termos de responsabilidade e de localização; seguro dos bens móveis e imóveis.

3.4.4.2. Verificação da conformidade dos registros de bens patrimoniais.

3.4.4.3. Avaliação dos procedimentos de controle e inventário dos bens.

3.4.4.4. Análise da gestão e manutenção do patrimônio.

3.4.4.5. Revisão dos procedimentos de alienação de bens.

3.4.5 Área de Controles Internos

3.4.5.1 Análise dos fluxos e processos das principais áreas para identificação de controles internos.

3.4.5.2 Levantamento das principais fragilidades ou ausências de controle, assim como apresentação de sugestões de aprimoramento por meio de Carta de Controles Internos.

3.4.6 Área de Prestação de Contas

3.4.6.1 Avaliação dos procedimentos de controle relacionados ao processo de prestação de contas, principalmente no que se refere a divulgação dos balancetes mensais e suas peças, aos auxílios financeiros para despesas de caráter emergencial e investimentos no Sistema CFN/CRN, aos auxílios financeiros para aquisição de bens imóveis para o Sistema CFN/CRN e aos auxílios financeiros ao Sistema CFN/CRN para a realização do projeto de fiscalização.

3.4.6.2 Avaliação da conformidade e legalidade do processo de prestação de contas, principalmente no que se refere a divulgação dos balancetes mensais e suas peças, aos auxílios financeiros para despesas de caráter emergencial e investimentos no Sistema CFN/CRN, aos auxílios financeiros para aquisição de bens imóveis para o Sistema CFN/CRN e aos auxílios financeiros ao Sistema CFN/CRN para a realização do projeto de fiscalização.

3.5. DO PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA:

3.5.1. O planejamento, o cronograma e o agendamento dos trabalhos deverão ser remetidos pela contratada para análise e

concordância do CFN até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

3.5.2. O cronograma das auditorias devem ficar evidenciadas as áreas, as unidades e as datas que serão atingidas pela auditoria, para comprovar que todos os compromissos determinados com o auditado foram cumpridos.

3.5.3. O planejamento das auditorias deve contemplar:

3.5.3.1. Definição dos conceitos, metodologias e ferramentas a serem utilizadas;

3.5.3.2. Definição das atividades a serem realizadas em cada visita de auditoria;

3.5.3.3. O calendário dos trabalhos, que poderá sofrer alteração, desde que solicitada pela contratada com antecedência mínima de 10 (dez) dias, e mediante concordância do CFN.

3.5.4. O objeto da contratação será considerada um serviço unitário, composto de 5 fases:

3.5.4.1. Conforme o caso, verificação on-line ou verificação in loco (trabalhos de campo), quando a equipe da contratada se deslocará até a unidade auditada para os levantamentos necessários, mediante comunicação prévia formalizando o início dos trabalhos, informando a equipe de auditoria e o Responsável Técnico pela execução, reunião de abertura dos trabalhos e reunião de encerramento, com atas lavradas;

3.5.4.2. Apresentação do relatório preliminar de recomendações ao conselho no exercício auditado, que deve ser enviado ao CFN até 30 (trinta) dias depois da verificação on-line ou in loco. Após, o conselho auditado terá 15 dias para se manifestar sobre o relatório preliminar.

3.5.4.3. Apresentação do relatório final escrito após análise das justificativas dos achados apontados no relatório preliminar do conselho no exercício auditado, que deverá ser encaminhado ao CFN até 15 dias da data da entrega das justificativas apresentadas pela parte auditada;

3.5.4.4. Emissão do relatório de auditores independentes sobre as demonstrações contábeis e controles internos e certificado de auditoria;

3.5.4.5. Apresentação dos relatórios finais pelo Responsável Técnico na Reunião para o Plenário do CFN.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Além das estabelecidas no edital, a licitante deverá apresentar:

4.2. Inscrição no Conselho Regional de Contabilidade, bem como que se encontra com as suas obrigações em dia com o órgão;

4.3. Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter fornecido ou estar fornecendo serviços compatíveis e pertinentes com o objeto desta licitação;

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Os serviços prestados deverão atender ao Sistema CFN/CRN, compreendendo, no âmbito do direito público, processos licitatórios e contratos administrativos, sendo auditadas as áreas: contábil, orçamentária, financeira, recursos humanos, licitações e contratos, e patrimonial.

5.2. A auditoragem contábil/financeira deverá ser executada de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e padrões reconhecidos de auditoria;

5.3. A contratada deverá analisar e emitir pareceres conclusivos sobre as contas dos períodos indicados pelo CFN, constantes no objeto deste Termo de Referência;

5.4. A contratada deverá participar, quando convocado antecipadamente, das Reuniões Plenárias e de Diretoria, para prestar esclarecimentos que se fizerem necessários;

5.5. Ao final dos trabalhos serão entregues os seguintes produtos para cada área auditoria: Parecer e Relatório Circunstanciado de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis e controles internos para cada exercício, bem como Certificado de Auditoria;

5.6. Os relatórios de auditorias devem contemplar os seguintes requisitos:

5.6.1. Identificar o número do processo, período examinado e a unidade examinada;

5.6.2. Indicar as normas que instruíram o processo;

5.6.3. Definir o objetivo da auditoria e identificar as demonstrações financeiras examinadas, no caso de auditoria contábil;

5.6.4. Informar o método de amostragem, para cada área auditada, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis ao Servidor Público Federal, sendo que para contratos e licitações a amostragem deverá observar critérios de risco, materialidade e julgamento profissional do auditor, devendo contemplar, como referência, percentual significativo dos processos licitatórios e contratos, especialmente aqueles de maior relevância financeira, risco ou materialidade.;

5.6.5. Comentar sobre a extensão dos trabalhos e eventuais restrições;

5.6.6. Comentar sobre os controles internos administrativos, evidenciando, se for o caso, as deficiências e ineficácias dos sistemas, bem como as recomendações para melhoria dos controles atualmente existentes;

5.6.7. Relatar sobre o cumprimento, ou não, das diretrizes e normas legais aplicáveis e vigentes;

5.6.8. Relatar sobre o cumprimento ou não das recomendações do TCU;

5.6.9. Comentar sobre a legalidade, legitimidade e economicidade na realização das despesas;

5.6.10. Apresentar, se necessário, recomendações visando à correção das falhas verificadas durante o exame, particularmente naquelas situações em que forem identificadas impropriedades e irregularidades, devendo-se evitar recomendações imprecisas ou genéricas que não permitam adequada avaliação de sua implementação.

5.7. Os papéis de trabalho de auditoria relacionados às anotações e documentos analisados deverão ficar à disposição do CFN, que poderá solicitá-los para conhecimento da análise realizada pela contratada.

5.13. DA EQUIPE TÉCNICA:

5.13.1. A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar para execução do serviço de auditoria, equipe de no mínimo:

5.13.2. 02 (dois) Profissionais formado em Ciências Contábeis com experiência mínima de 05 (cinco) anos em auditoria, preferencialmente em Conselhos de Fiscalização Profissional, e especialização em auditoria.

5.13.3. 01(um) Profissional formado em Ciências Contábeis, Administração, Direito ou Economia;

5.14. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

5.14.1. A participante deverá apresentar:

5.14.2. Certificado de Regularidade perante o Conselho Regional de Contabilidade - CRC, da empresa licitante e dos responsáveis técnicos com poderes para emitir e assinar pareceres de auditoria em nome da sociedade;

5.14.3 Registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes - CNAI, dos responsáveis técnicos com poderes para emitir e assinar pareceres de auditoria em nome da sociedade

5.14.4 Atestado de auditoria em entidade pública ou conselho profissional;

5.14.5 Execução de auditoria em pelo menos 3 (três) entidades;

5.14.6 Execução de auditoria com escopo contábil + licitações + RH + patrimônio.

5.14.7 Responsável técnico contador registrado no CRC;

5.14.8 Equipe com formação em contabilidade, direito ou administração.

5.15. CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO

5.15.1. É condição imprescindível para participação no certame:

5.15.2. Que as empresas de Auditoria Independente sejam legalmente constituídas, devidamente registradas no Conselho Regional de Contabilidade, que satisfaçam as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, e que atendam aos requisitos de habilitação.

5.15.3. Fica vedada a participação neste certame de empresas organizadas em consórcio.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento pela prestação de serviços será efetuado pelo CFN no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, de acordo com o calendário de pagamento estabelecido por este Conselho e mediante aprovação prévia e expressa do fiscal e do gestor do contrato.

7.2. O pagamento somente será efetuado após a entrega dos produtos conclusivos de auditoria (Pareceres, Relatórios, Certificados de Prestação de Contas e Cartas de Controles Internos), por Conselho e exercício financeiro (2021 e 2024), conforme especificado neste TR.

7.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, atestada e certificada pelo fiscal e gestor do contrato.

7.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada na Lei 14.133/2021.

7.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.6. Deverão ser apresentadas, para o Fiscal do Contrato, as notas fiscais/faturas, devendo conter no corpo a descrição do objeto, o número do contrato e com a indicação de número da conta bancária da contratada, para depósito do pagamento.

7.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.8. Os preços são fixos e irredutíveis.

7.9. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de pregão eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.2.1. Habilitação Jurídica:

a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br

d) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.3. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

b) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

d) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

e) declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

g) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.2.4. Habilitação Técnica

8.2.4.1. Comprovação de capacidade técnica que comprovem experiência compatível com o objeto desse Termo de Referência.

a) **Atestado de capacidade técnica,** expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, emitido em papel timbrado com informações de endereço e telefone e firmadas por dirigente(s) identificado(s), no mínimo, por nome e cargo ou função, comprovando aptidão para o desempenho de atividade de auditoria independente, em empresas ou entidades sujeitas à lei nº 4320/64, com escopo pertinente e compatível em características, quantidade e prazos com o objeto desta licitação.

Somente serão considerados os trabalhos com as seguintes características:

Realizados exclusivamente pela licitante (não por empresas interligadas, coligadas, controladas, associadas, parceiras etc)

Declaração de que na data prevista para assinatura do contrato possuirá profissionais devidamente e tecnicamente habilitados, conforme disposto no item 5, para responsabilizar-se pela execução de serviços de características semelhantes aos licitados.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Mediante pesquisa de mercado, o valor para cada ano de serviço de auditoria tem mediana prevista de **R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais)**, conforme cotação SEI (1961797), sendo que os 24 períodos totalizam R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos, conforme disponibilidade orçamentária informado pela Coordenação de Orçamento e Finanças.

**RENATO DE
OLIVEIRA
MEIRELES
GERENTE DE
GESTÃO
INSTITUCIONAL**

**ANEXO
MODEL
O DE
PROPOS
TA**

CONSELHO	FORMA DE VERIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR PERÍODO 2025 (R\$)	VALOR PERÍODO 2026 (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
CFN	Presencial e on-line	Contábil, orçamentária, financeira, recursos humanos, licitações e contratos, patrimonial, e controles internos e prestação de contas.			
CRN-1	Presencial e on-line				
CRN-2	Presencial e on-line				
CRN-3	Presencial e on-line				
CRN-4	Presencial e on-line				
CRN-5	Presencial e on-line				
CRN-6	Presencial e on-line				
CRN-7	Presencial e on-line				
CRN-8	Presencial e on-line				
CRN-9	Presencial e on-line				
CRN-10	Presencial e on-line				
CRN-11	Presencial e on-line				



Documento assinado eletronicamente por **Renato de Oliveira Meireles, Gerente**, em 07/04/2026, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfn.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2351405** e o código CRC **B7BBB861**.

Referência: Processo nº 099996.000020/2026-20

SEI nº 2351405



CONSELHO FEDERAL DE NUTRIÇÃO - CFN
SRTVS - Quadra 701 Bloco II, Centro Empresarial Assis Chateaubriand, Salas 301-314/316, Brasília/DF, CEP 70.340-906
Telefone: 61 32256027 - www.cfn.org.br - E-mail: cfn@cfn.org.br

Brasília, 22 de maio de 2026.

MINUTA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO LICITATÓRIO:NºXX 201X	Pregão Eletrônico nº XX/201X
ÁREA INTERESSADA:	
ATO DE DELIBERAÇÃO:	

DAS PARTES:

I) CONSELHO FEDERAL DE NUTRIÇÃO, autarquia federal de fiscalização profissional regida pela Lei nº 6.583, de 20.10.1978, inscrito no CNPJ sob o nº 00.579.987/0001-40, com sede no SRTV/Sul, Quadra 701, Conjunto L, Nº 38, Salas 301 a 314 e 316, Edifício Assis Chateaubriand, em Brasília (DF), representado neste ato pela Presidente, **MANUELA DOLINSKY**, brasileira, nutricionista, portadora do CPF nº***.829.***-70, e pelo Tesoureiro, **FERNANDO MARCELLO NUNES PEREIRA**, portador do CPF nº ***.124.***-43, nomeados pela Ata de Reunião Para Eleição da Diretoria do Conselho Federal de Nutrição (CFN) para o período de 04 de outubro de 2025 a 03 de outubro de 2026, doravante designado **CFN** ou **CONTRATANTE**;

II) xxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxx, com sede na xxx, xxxxxxxx, representada neste ato por xxxxxxxx, portador(a) da Carteira de Identidade nº xxxxx e do CPF nº xxxxxxxxxx, residente e domiciliado na xxxxxx, doravante designada **CONTRATADA**;

tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 099996.000020/2026-20, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº xx/xxxx, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de auditoria independente, com comprovada expertise e tradição no âmbito do direito público, para realizar auditoria no âmbito dos Conselhos Federal e Regionais de Nutrição, abrangendo as áreas contábil, orçamentária, financeira, recursos humanos, licitações e contratos, e patrimonial, referentes aos exercícios de 2025 e 2026, conforme as Normas Técnicas de Auditoria Independente (NBC-TA), e resultará na emissão de Parecer Técnico, Relatório de Auditoria das demonstrações contábeis e dos controles internos e Certificado de Auditoria.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT
01	Prestação de serviços de auditoria independente, com comprovada expertise em auditoria e tradição no âmbito do direito público, para realizar auditoria no âmbito dos Conselhos Federal (CFN) e Regionais de Nutrição (CRN-1 a CRN-11), nas áreas: contábil, orçamentária, financeira, recursos humanos, licitações e contratos, patrimonial, controles internos e prestação de contas, referente aos exercícios de 2025 e 2026. Execução presencial e online em todas as unidades.	UNIDADE	01

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta de Preço da contratada;

1.3.4.Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 18 (dezoito) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado previstas neste instrumento.

2.3 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2 A execução dos serviços deverá ocorrer de forma híbrida (presencial e online) em todas as unidades (CFN e CRN-1 a CRN-11). A definição da modalidade específica por visita será acordada entre as partes no planejamento dos trabalhos, nos termos do item 3.4 do Termo de Referência.

3.3 As despesas com passagens e diárias para execução do objeto são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, conforme item 3.5 do Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO - (ART 92, V) .

5.1 O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____), correspondente ao valor global para execução dos serviços de auditoria no CFN e nos 11 CRNs, referente aos exercícios de 2025 e 2026, perfazendo o valor total por Conselho, conforme tabela a seguir:

CONSELHO	FORMA DE VERIFICAÇÃO	PERÍODO	VALOR UNIT (R\$)
CFN	Presencial e online	2025 e 2026	
CRN-1	Presencial e online	2025 e 2026	
CRN-2	Presencial e online	2025 e 2026	
CRN-3	Presencial e online	2025 e 2026	
CRN-4	Presencial e online	2025 e 2026	
CRN-5	Presencial e online	2025 e 2026	
CRN-6	Presencial e online	2025 e 2026	
CRN-7	Presencial e online	2025 e 2026	
CRN-8	Presencial e online	2025 e 2026	
CRN-9	Presencial e online	2025 e 2026	
CRN-10	Presencial e online	2025 e 2026	
CRN-11	Presencial online	2025 e 2026	
Total Geral			

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, despesas com deslocamento, hospedagem e diárias, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO - (art. 92. V e VI)

6.1 O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.2 O pagamento somente será efetuado após a entrega dos produtos conclusivos de auditoria (Pareceres, Relatórios de Auditoria, Certificados e Cartas de Controles Internos), por Conselho e por exercício financeiro (2025 e 2026), conforme item 7.1 do Termo de Referência.

6.3 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

6.4 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE - (art.92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - (art.92, X, XI, e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9 Cientificar a unidade de representação judicial do Conselho Federal de Nutrição para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10 Emitir decisão expressa sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1 A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11 Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

8.12 Disponibilizar ao Contratado os acessos necessários para execução dos serviços, incluindo acesso ao Sistema SEI (onde aplicável) e documentos complementares.

8.13 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.14 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Não será necessário manter preposto da Contratada no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato.

9.3 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) prestando todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios;

9.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não

reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.9.1 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.9.2 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.9.3 certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

9.9.4 Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e

9.9.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.10 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei 14.133, de 2021);

9.20 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22 Manter o registro ativo no CNAI dos responsáveis técnicos durante toda a vigência do contrato;

9.23 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.24 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade competente.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Multa:

12.2.3 Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

12.2.4 Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 20% do valor do Contrato.

12.2.5 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 20% do valor do Contrato.

12.2.6 Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 20% do valor do Contrato.

12.2.7 Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 10% do valor do Contrato.

12.2.8 Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da

Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a natureza e a gravidade da infração cometida;

as peculiaridades do caso concreto;

as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

os danos que dela provierem para o Contratante;

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13 Os débitos do contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL - (art. 92, XIX)

13.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3.1 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

13.3.2 Nessa hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.3 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.3.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação de pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas.

13.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art.131, caput, da Lei nº 14.133 de 2021).

13.6 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Conselho Federal de Nutrição no exercício de 2026, discriminada por Elemento de Despesa: Conta: 6.2.2.1.1.01.04.04.032 - Serviços de Consultoria, Planejamento e Auditoria.

14.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação do orçamento anual.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS - (art.92,III)

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias. (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO

18.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal do Distrito Federal, Seção Judiciária para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Representante Legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO



Documento assinado eletronicamente por **Márcio da Silva Gama, Coordenador**, em 25/05/2026, às 12:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfn.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2425603** e o código CRC **B1223B6D**.

